

# **Breve resenha biográfica de José Tengarrinha (1932-2018): opções historiográficas e a *História da Imprensa Periódica* como possível eixo**

*Brief biographical analysis of José Tengarrinha (1932-2018): historiographical options and the História da Imprensa Periódica as a possible axis*

**Duarte de Babo Marinho**

FLUP, CEPES, CIJVS  
babo.dmmbm@gmail.com  
ORCID ID: [0000-0002-0202-495X](https://orcid.org/0000-0002-0202-495X)

**Nuno Bessa Moreira**

U. Lusófona do Porto, CITCEM, CIJVS  
knunoclio@gmail.com  
ORCID ID: [0000-0001-5689-0282](https://orcid.org/0000-0001-5689-0282)

**Resumo:** Este artigo divide-se em duas partes. A primeira tem como objectivo abordar e situar o percurso bio-bibliográfico do autor, antes e depois da publicação da *História da Imprensa Periódica Portuguesa*, em 1965, que viria a ser reeditada em 1989. Na segunda parte procura-se analisar esta obra, numa perspectiva histórico-historiográfica, tendo em consideração os dois trabalhos pioneiros de Jorge Pedro Sousa sobre a matéria em apreço: *Para uma historiografia da historiografia portuguesa do jornalismo [...]* e *As histórias da imprensa de Nelson Werneck Sodré e de José Manuel Tengarrinha: uma comparação*. Metodologicamente, esta comunicação cruza a crítica de fontes com a análise de conteúdos. José Manuel Tengarrinha nasceu em Portimão (Algarve) no dia 12 de abril de 1932. Faleceu em Lisboa no dia 29 de junho de 2018. Após o 25 de Abril de 1974 a actividade política de Tengarrinha, que se destacara na Oposição ao Estado Novo, manteve-se. Viu o MDP ser legalizado em Agosto de 1974 e foi eleito deputado à Assembleia Constituinte, entre 1975-1976. Foi eleito quatro vezes deputado à Assembleia da República. A sua carreira como deputado terminou em 1987. Nesse mesmo ano, os agravos entre o PCP e o MDP provocaram uma cisão na coligação e este último entrou em notório declínio, até à sua dissolução em 1994. Com a extinção do MDP, Tengarrinha afastou-se da vida política durante algumas décadas. Todavia, em 2015, foi eleito membro da assembleia do LIVRE. Quanto aos resultados, esta investigação comprova a interpenetração entre o percurso social e político do historiador e a obra em análise, destacando-se, nas conclusões desta comunicação, a possível ligação entre os conceitos historiográficos operatórios nela utilizados, a segunda fase dos Annales, a Nova História Social e o Marxismo.

**Palavras-chave:** Tengarrinha; historiografia; imprensa; política; marxismo.

**Abstract:** *This article is divided into two parts. The first aims to address and situate the author's bio-bibliographic path, before and after the publication of História da Imprensa Periódica Portuguesa, in 1965, which would be reissued in 1989. In the second part, we seek to analyse this work, in a historical-historiographical perspective, taking into account the two pioneering works of Jorge Pedro Sousa on the subject under consideration: Para uma historiografia da historiografia portuguesa do jornalismo [...] e As histórias da imprensa de Nelson Werneck Sodré e de José Manuel Tengarrinha: uma comparação. Methodologically, this communication crosses criticism from sources with content analysis. José Manuel Tengarrinha was born in Portimão (Algarve) on April 12, 1932. He died in Lisbon on June 29, 2018. After April 25, 1974, the political activity of Tengarrinha, which had stood out in the Opposition to the Estado Novo, continued. He saw the MDP legalized in August 1974 and was elected deputy to the Constituent Assembly, between 1975-1976. He was elected four times deputy to the Assembly of the Republic. His career as a deputy ended in 1987. That same year, the injuries between the PCP and the MDP caused a split in the coalition and the latter entered a notable decline, until its dissolution in 1994. With the extinction of the MDP, Tengarrinha withdrew from political life for some decades. However, in 2015, he was elected a member of the assembly of LIVRE. As for the results, this investigation proves the interpenetration between the social and political trajectory of the historian and the work under analysis, highlighting, in the conclusions of this communication, the possible connection between the operative historiographic concepts used in it, the second phase of the Annales, the New Social History and Marxism.*

**Key words:** *Tengarrinha; historiography; press; policy; marxism.*

## **1. Breve resenha biográfica de José Tengarrinha (1932-2018): O activista político, o jornalista e o académico**

José Manuel Marques do Carmo Mendes Tengarrinha nasceu em Portimão no dia 12 de abril de 1932; precisamente no dia em que Portugal e a Lituânia assinaram, em Paris, uma convenção com o intuito de impulsionar o seu relacionamento comercial bilateral (DG, 93, Serie I, 20 de abril de 1932: 690-691). Faleceu em Lisboa no dia 29 de junho de 2018. Ao longo

da sua vida cultivou “uma personalidade discreta e cativante” (Sousa, 2018, n.p.)<sup>1</sup>, tendo-se destacado não só como activista político de Esquerda, como jornalista e como professor universitário, mas também como desportista. Numa entrevista de 2012, Tengarrinha relatou que, desde jovem, sempre praticou muito exercício físico: “fez de tudo: vela, nos antigos *lusitos*, hoje classe *optimist*, natação, voleibol e futebol, nos iniciados do Portimonense e Farense”. Também praticou boxe, judo e “nos últimos anos três vezes por semana faz ginástica com um *personal trainer*” (Tengarrinha, 2012, n.p.). No decorrer da sua vida cultivou amizade com algumas personalidades da cultura e da intelectualidade portuguesa. Entre essa elite da intelectualidade destacam-se nomes como os de António Victorino Goulart de Medeiros e Almeida, Francisco José da Cruz Pereira de Moura e José Viriato Soromenho Marques (Lino, 2017, n.p.; Pato, 2017, n.p.). Este último, por ocasião do falecimento de José Tengarrinha dedicou-lhe um artigo biográfico, tendo-o classificado como um homem dotado de grande curiosidade intelectual e incapaz de “manifestar um juízo de anulação do outro a um mero espantelho ideológico” (Marques, 2018, n.p.).

Particularizando as várias etapas da vida de José Tengarrinha, começamos por abordar a sua precoce carreira política, iniciada nos finais da década de 1940. À data, com apenas 15 anos, filiou-se na Juventude do Movimento de Unidade Democrática/UDP. Mais adiante, além de ter integrado a comissão central da UDP e de “ter passado pelo PCP” (Marques, 2018, n.p.), esteve envolvido na fundação do Movimento Democrático Português/MDP (Tengarrinha, 2016, p. 185; Marques, 2018, n.p.). Este agrupamento, nascido em 1969, tratava-se de um “movimento unitário de ideologia marxista e socialista que congregava vários partidos e organizações” (Mateus & Ramalho, 2013, p. 17). E nas palavras de José Tengarrinha, a “grande originalidade do [MDP]/CDE é a inversão completa de todos os critérios até então utilizados para a organização dos movimentos de oposição” (Tengarrinha, 2005, n.p.). Assim, encabeçando o MDP, José Tengarrinha “esteve sempre nas fileiras da oposição democrática, [travando] todos os combates eleitorais entre 1958 e 1974”, conforme recorda Soromenho Marques (2018, n.p.).

Como já se depreendeu, Tengarrinha foi um claro opositor Ao Estado Novo. Mas, além de se opor aos Governos liderados por António de Oliveira Salazar e por Marcello Caetano, também apoiou a secessão das províncias ultramarinas e manifestou-se publicamente contra o esforço de guerra português em África (Tengarrinha, 2005, n.p.). Assim, José Tengarrinha ao ter assumido aqueles posicionamentos tornou-se num dos alvos preferenciais da PIDE e sofreu duras represálias: ficou proibido de exercer a sua actividade de jornalista, foi preso seis vezes e foi vítima de tortura física e psicológica (Ribeiro, 2018, n.p.; Lopes, 2018, n.p.).

Na sequência do 25 de abril de 1974 a actividade política do nosso biografado manteve-se.

---

1 Daqui por diante, sempre que um texto não seja paginado indicaremos a abreviatura n.p.

Viu o MDP ser legalizado em agosto de 1974 e, em parceria com o PCP, estender os seus tentáculos sobre os sindicatos e controlar o poder local, por intermédio de inúmeras juntas de freguesia e câmaras municipais (Mateus & Ramalho, 2013, p. 17; Machado, 2014, p. 71). Foi nesta conjuntura, em que a imprensa internacional apodou Portugal como sendo um “manicómio em autogestão” (Faria, n.d., 3), que Tengarrinha surge eleito deputado à Assembleia Constituinte, entre 1975-1976. Eram décadas de aparentes mudanças e, como sugere Roger Scruton, “as teorias marxistas estavam a ser recicladas como as que melhor explicavam o sofrimento da Humanidade sob regimes capitalistas” (Scruton, 2017, p. 18); apesar de, décadas antes, intelectuais como Raymond Aron (2016 [1.<sup>a</sup> ed. 1955]) ou Karl Popper (1974) já terem refutado tais teorias, tanto na sua coerência como na sua exequibilidade. Todavia, José Tengarrinha propagandeou-as no Parlamento Português e podemos constatar um desses exemplos num discurso que proferiu no dia 31 de julho de 1975:

a realidade actual é que, para além de todas as considerações sobre a sociedade socialista a construir, não se poderá libertar os trabalhadores e o povo em geral sem abolir definitivamente da nossa terra o grande poder económico que oprimiu tradicionalmente o nosso país e sem anular os pontos de grande acumulação capitalista (DAC, 24, 1 de agosto de 1975, p. 604)<sup>2</sup>.

Neste excerto constatamos que José Tengarrinha advogava a instauração de um regime socialista e a erradicação do capitalismo em Portugal. Meditando nas palavras de Ludwig Heinrich von Mises, a adopção de medidas desta natureza levaria, inevitavelmente, à “ausência de um mercado para os factores de produção e [à] ausência de preços para esses factores. A ‘socialização’ de instalações industriais, comerciais e agrícolas —isto é, a transferência da sua propriedade privada para a pública— é um método de conduzir pouco a pouco ao socialismo” (Mises, 2010, p. 317).

Com o encerramento da Assembleia Constituinte (1976), o MDP coligou-se com o PCP e, sob a égide dessa aliança partidária, José Tengarrinha foi eleito por quatro vezes deputado à Assembleia da República. A sua carreira como deputado da Nação terminou em 1987. Nesse mesmo ano os agravos entre o PCP e o MDP provocaram uma cisão na coligação e este último entrou em notório declínio, até à sua dissolução em 1994. No lugar do MDP surgiu um novo partido: o Política XXI, que, anos mais tarde, tornou-se numa das pedras basilares do Bloco de Esquerda (Mateus & Ramalho, 2013, p. 17; *Expresso*, de 29 de junho de 2018).

Com o declínio e extinção do MDP, Tengarrinha afastou-se da vida política durante algumas décadas. Durante esses anos mostrou-se desiludido com a política, tendo-o demonstrado numa entrevista que concedeu ao jornal *Público* em 2012. Nessa entrevista referiu que,

---

2 Referente à sessão n.º 23, em 31 de Julho.

assim como “a economia deixou de ser ciência”, a “política deixou de ser uma arte”. Além deste desabafo, também reconheceu que “os partidos de esquerda não são suficientemente credíveis para mobilizar, limitam-se aos rituais das campanhas eleitorais” (Tengarrinha, 2012, n.p.). Todavia, em 2015, três anos após estas declarações, José Tengarrinha foi eleito membro da assembleia do LIVRE, depois de ter apoiado este partido de Esquerda nas eleições europeias de 2014 (*Expresso*, de 29 de junho de 2018).

O mundo do jornalismo também preencheu uma parte considerável da vida de José Tengarrinha, ainda que esta actividade se tenha desenvolvido unicamente durante o Estado Novo, mais precisamente de 1953 a 1962 —e perdoe-nos o leitor se erramos na cronologia—. À data a Imprensa continuava a ser alvo das investidas da Censura. Todavia, Tengarrinha refere que António de Oliveira Salazar advogou sempre por “manter-se nos limites do direito e da moral” (Tengarrinha, 2016, p. 194); como tal, houve a necessidade de se elaborar um conjunto de “meios legais e instrumentos de intervenção adequados, que só foram criados em 11 de abril de 1933, com a entrada em vigor da Constituição” (Tengarrinha, 2016, p. 186). A medida adoptada pelo Estado Novo não era invulgar. Pelo contrário, dava continuidade a uma prática com alguma tradição na história de Portugal. Citando caso análogo, encontramos ecos dessa prática não só durante a Monarquia Constitucional (entre outros veja-se DG, 76, de 29 de março de 1890, pp. 166-172), mas também num de vários decretos publicados durante a Primeira República. Nesse texto jurídico de 1916 lê-se que “as publicações serão apresentadas à censura em prova de página e em triplicado, na localidade onde se fizerem a sua composição e impressão” (DG, 62, 1ª série, de 31 de março de 1916, decreto n.º 2:308, art.º 5). A prática continuou como um facto consumado após o 28 de maio de 1926: Tengarrinha recorda que a Ditadura Militar empregou uma censura prévia, ainda que “instituída informalmente” (Tengarrinha, 2016, p. 186).

Já que abordamos uma pequena parte da historicidade da Censura em Portugal convocamos, novamente, as elucidativas palavras de Tengarrinha, desta vez a respeito da forma astuta como os censores do Estado Novo actuavam:

As provas tipográficas é que eram enviadas para a censura. Os censores liam-nas, riscavam com lápis azul o que achavam contrário ao regime. Depois reenviavam-nas para as redacções. Enquanto não viesse de novo o artigo censurado, nada podia ser publicado. Era uma dupla forma de controlo porque, por um lado, eles tinham, de facto, o poder de riscar aquilo que queriam e, por outro lado, podiam demorar as provas o tempo suficiente para que se perdessem as ligações com as províncias. No caso por exemplo do *República*, que tinha uma expansão bastante razoável na província, através de correspondentes em todo o País, precisávamos de apanhar camionetas, comboios que levassem os jornais para outros locais, mas muitas vezes eles retinham as provas o tempo suficiente para garantir que o jornal já tinha perdido as comunicações. O que causava, como é óbvio, grandes prejuízos para o jornal (Tengarrinha, 2016, p. 190).

Da atividade jornalística de José Tengarrinha destacam-se os seus contributos para várias revistas e jornais portugueses. Temos referência da sua participação nas revistas *Seara Nova* e *Vértice*. Nos jornais as suas contribuições privilegiaram a *República*, o *Diário de Notícias*, *O Século*, o *Diário de Lisboa* e o *Diário Ilustrado*, no qual chegou a ser nomeado chefe de redacção, cargo que exerceu até 1962 (Sousa, 2011, p. 9).

José Tengarrinha dá-nos conta que no início da década de 1960 verificaram-se alguns incidentes com grande repercussão na Imprensa. Um desses acontecimentos está relacionado com o furto de um avião da TAP. Essa aeronave foi utilizada pela oposição para espalhar nos céus de Lisboa milhares de panfletos contra o Estado Novo. A Censura viu-se impossibilitada de ocultar esse furto e por essa razão enviou notas oficiosas para a Imprensa. Seguindo as palavras de José Tengarrinha, essas notas foram muito precisas e estabeleceram “a obrigatoriedade de serem publicadas na primeira página”. Exigiu-se ainda que os tratantes “fossem apelidados de piratas e terroristas”. Tengarrinha esclarece de seguida que não seguiu as instruções enviadas para a redacção do seu jornal: “eu era então chefe da redacção do *Diário Ilustrado* e, sem autorização, publiquei na primeira página o texto integral do panfleto não acompanhado das notas oficiosas [...], o que nos custou uma pesada multa, ameaça de suspensão do jornal e de prisão do chefe da redacção” (Tengarrinha, 2016, p. 188). Tengarrinha não foi detido nessa altura, mas as represálias vieram passado alguns meses. Foi preso pela PIDE em dezembro de 1961.

No que concerne à prisão de José Tengarrinha, Soromenho Marques apresenta algumas considerações pertinentes: na sequência dessa detenção, “foi impedido, em simultâneo [...], da docência no Ensino Secundário e afastado pela Censura do exercício da atividade jornalística. Na sua busca por trabalho, encontrou sempre a insidiosa pressão da polícia política para o levar ao despedimento” (Marques, 2018, n.p.). Mesmo assim, apesar de afastado da actividade jornalística pela Censura, detetamos que Tengarrinha continuou a colaborar com a Imprensa. É disso exemplo os vários contributos que publicou, *verbi gratia*, na *Seara Nova*: em janeiro e março de 1965 (Tengarrinha, 1965a e 1965b), em maio e junho de 1966 (Tengarrinha, 1966a e 1966b), em julho e dezembro de 1970 (Tengarrinha, 1970a; 1970b) e em dezembro de 1972 (Tengarrinha, 1972).

O mundo universitário e intelectual representa o aspecto da sua vida pública que congrega amplo consenso e elogios por parte de inúmeros académicos. Tengarrinha iniciou esta fase como discente na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, onde se licenciou em Ciências Histórico-Filosóficas em 1958. Quatro anos mais tarde, e com o patrocínio da Fundação Calouste Gulbenkian, foi galardoado com o Prémio da Associação dos Homens de Letras do Porto, pela publicação de um livro intitulado *António Rodrigues Sampaio, Desconhecido*. Trata-se de um volume que colige inúmeros ensaios que o autor publicou em sucessivas edições do *Diário de Lisboa*. Mas a colaboração com a Gulbenkian não se resumiu a esse evento. No ano seguinte, e até 1966, a Gulbenkian concedeu-lhe uma bolsa para que

pudesse dar continuidade aos seus estudos relacionados com “uma das suas áreas prediletas de investigação”: o período oitocentista português (Marques, 2018, n.p.). Em 1969 Tengarrinha participou activamente na fundação do Centro de Estudos do Século XIX do Grémio Literário —conjuntamente com Vitorino Nemésio, Joel Serrão e José Augusto-França—, tendo-o dirigido até 1974. Nesse ano, após o 25 de abril, passou a incorporar o quadro docente da FLUL, instituição na qual leccionou até se jubilar como Professor Catedrático em 2002. Todavia, devido ao seu envolvimento político e a sucessivas eleições como deputado (décadas de 1970-1980), pouco tempo lhe restou para se dedicar à tese de doutoramento. Aliás, aproveitando a sua condição de deputado esforçou para, junto dos seus pares, tentar incrementar a investigação científica em Portugal. Detectamos um desses exemplos quando, a 10 de janeiro de 1984 solicitou ao Ministério da Educação a criação de um Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia. A resposta da tutela tardou e não foi positiva. Tengarrinha obteve-a no dia 11 de maio de 1984 e constava do seguinte (transcrevemo-la na íntegra): “Não existe nesta Direcção-Geral qualquer processo acerca da criação de um Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia, nem foram dadas quaisquer orientações no sentido de realizar estudos nesse domínio”. Neste excerto pode ler-se ainda que “Parece-me ser matéria cujo estudo melhor se enquadraria na JNICT” (DAR, 2.<sup>a</sup> Série, de 11 de maio de 1984, pp. 2882-2883).

Conforme dissemos anteriormente, após a cisão do MDP com o PCP e o declínio daquele partido em finais da década de 1980, José Tengarrinha afastou-se da vida política activa. Sendo assim pôde dedicar-se de *corpo e alma* à sua tese de doutoramento, cujas provas públicas, na área da História Contemporânea, realizaram-se em 1993, na FLUL (Tengarrinha, 2016, p. 185; Lopes, 2018, n.p.). No ano seguinte fundou e dirigiu os *Cursos Internacionais de Verão*, realizados anualmente em Cascais. Novamente pela FLUL alcançaria mais um grau académico (Tengarrinha, 2002, n.p.), desta feita o de Professor Agregado em História Geral Contemporânea, tendo, entre outros, Luís Reis Torgal como membro do júri (Tengarrinha, 1996, n.p.; Torgal, 2018, n.p.).

Durante o tempo em que leccionou na FLUL, Tengarrinha foi responsável por várias disciplinas em áreas distintas do saber histórico. Entre elas contabilizamos as de História Moderna e Contemporânea, as de História do Brasil, as de História Regional e Local, bem como as de História da Imprensa Periódica. Mas a sua actividade de docência não se restringiu apenas à instituição pela qual se graduou. Também leccionou noutras universidades, tanto nacionais como estrangeiras. A nível nacional deu aulas no Instituto Superior de Economia e no Instituto Superior de Meios e Comunicação Social. Além-fronteiras leccionou, *v.g.*, em universidades espanholas —Autónoma de Barcelona e Carlos III de Madrid—, francesas —Paris VII—, italianas —Bolonha e Florença— e brasileiras —São Paulo— (Marques, 2018, n.p.).

Antes de terminarmos esta pequena resenha biográfica de José Manuel Tengarrinha abordaremos, ainda que em breves linhas, um pouco da sua Obra. Ela engloba não só uma considerável e inovadora produção historiográfica, mas também algumas traduções realizadas

na década de 1960. Entre essas traduções destacam-se os livros de Fiódor Mikhailovitch Dostoiévski (1963), Ilya Grigoryevich Ehrenburg (1965) e Iuri Ivanovitch Ianovski (1966).

No que respeita à produção historiográfica, Tengarrinha não se dedicou apenas ao estudo de uma área do saber histórico. Devido à sua grande curiosidade intelectual, o horizonte dos seus conhecimentos abrange várias áreas da história dos séculos XIX e XX. Entre elas destacam-se a História Económica (Tengarrinha, 1961a; 1961b), a História da Imprensa Periódica (1965c [2.<sup>a</sup> ed. 1989]), a História da Cultura —mais concretamente da leitura— (Tengarrinha, 1973) e a História da Luta de Classes (Tengarrinha, 1981). A despeito de todos estes interesses, as contribuições de Tengarrinha que mais se destacam no debate histórico relacionam-se com a História da Imprensa Periódica. Aliás, como sustenta Luís Reis Torgal, numa entrevista publicada em 2018, o nosso biografado foi “um dos pioneiros do estudo da imprensa periódica e dos movimentos sociais e políticos do século XIX e todos lhe reconhecem as suas qualidades de historiador” (Torgal, 2018, n.p.). Ao ponto de vista de Torgal podemos congregiar, entre outros exemplos, as observações de Isilda Monteiro e Fernanda Paula Maia. Estas investigadoras referem que os estudos de Tengarrinha relacionados com a Imprensa durante o século XIX tiveram o mérito de demonstrar, cabalmente, que esse período se distinguiu como uma fase incontornável no desenvolvimento da imprensa periódica em Portugal, à semelhança do que acontecia noutros países europeus (Monteiro & Maia, 2013, p. 205).

Entre os vários trabalhos que José Tengarrinha publicou a propósito da imprensa periódica há um que marca o seu currículo. Referimo-nos à sua *magnum opus*: a *História da Imprensa Periódica Portuguesa*, publicada pela primeira vez em 1965 e reeditada em 1989 (Tengarrinha, 1965c). A Historiografia portuguesa reconhece que, apesar de não estarmos perante um trabalho puramente inédito, ele veio revolucionar em absoluto o conhecimento sobre o tema, destacando-se em relação aos demais devido à profundidade da sua investigação. Por tais motivos, a título meramente ilustrativo, Soromenho Marques e Jorge Pedro Sousa tecem-lhe rasgados elogios. O primeiro indica que esse livro “se assume como referência bibliográfica incontornável” (Marques, 2018, n.p.). O segundo confronta o leitor com a presença de uma “obra de referência [para] todos os que se propõem estudar o jornalismo português durante a Monarquia” (Sousa, 2011, p. 35).

De facto, o leitor que se socorrer da *História da Imprensa Periódica Portuguesa* terá em mãos um livro composto por intermédio de uma excelente reflexão e assente numa profícua base empírica. É devido a essa grande erudição científica que, desde 1965, este livro se mantém como um marco incontornável para quem se dedique ao estudo dos mais variados temas relacionados com a imprensa periódica em Portugal. Mas os méritos desta *magnum opus* não ficam pelos aspectos referidos. Além de José Tengarrinha abordar com grande profundidade a imprensa durante a Monarquia Constitucional, também apresentou pertinentes considerações a propósito da imprensa durante a Primeira República e Estado Novo. E no que se refere à Monarquia Constitucional, ou seja, à parte-de-leão do livro, o autor divide-a

em três momentos distintos. Temos assim a denominada primeira época “Os primórdios da Imprensa Periódica em Portugal”; a segunda época, intitulada de “A Imprensa Romântica ou de Opinião”; e, por fim, a terceira época, à qual o autor atribuiu a designação de “A organização industrial da Imprensa”. José Pedro Sousa baliza estas épocas de acordo com a seguinte cronologia: a primeira época termina em c. 1820; a segunda inicia-se em c. 1820 e prolonga-se até aos alvares da década de 1860; quanto à terceira, ela é marcada pela fundação do jornal de *Diário de Notícias*, ou seja, 1864/1865 (Sousa, 2011, n.p.).

Ao particularizar cada uma destas distintas fases, José Tengarrinha teve a preocupação de abordar e contextualizar alguns dos principais indivíduos ligados à imprensa periódica daquele tempo. Por outro lado, dissecou minuciosamente várias condicionantes históricas, tais como a cultura, a economia, a política e a tecnologia, por se tratar de aspectos que directa ou indirectamente influenciaram o desenvolvimento da imprensa. Um excelente exemplo que tem que ver com causas ius-políticas é a Censura: fenómeno bem presente durante a Monarquia Constitucional, durante a Primeira República e que viria a ser replicado pelo Estado Novo.

Entrando agora no campo metodológico socorremo-nos das observações traçadas por José Neves. No verbete “Marxismo” que este investigador publicou no *Dicionário de Historiadores Portugueses*, deparamo-nos com a inserção de José Tengarrinha na segunda —décadas de 1950-1960— e terceira fase —década de 1970 em diante— da Historiografia Marxista em Portugal (Neves, s.d., pp. 2-4). E de acordo com José Pedro Sousa, é possível evidenciar três particularidades metodológicas no trabalho de José Tengarrinha, especialmente na sua *História da Imprensa Periódica Portuguesa*. Primeiro, evidencia-se “um tom sociológico”. Segundo, há uma indispensável “concepção positivista da história, em que os factos valem por si, tendo o valor de prova mais do que valor de possibilidades ou hipóteses”. E terceiro, é inegável a presença de “influências da concepção marxista da história e da maneira de fazer e interpretar” (Sousa, 2011, pp. 45-46). Tendo por base tal metodologia, Tengarrinha tentou proceder à elaboração de “sínteses generalistas sobre características da imprensa em cada período”, nomeadamente a respeito do “aparecimento e organização das empresas jornalísticas e sobre as transformações que o conceito de ‘jornalista’ enfrentou em cada momento histórico”. É ainda referido por Jorge Pedro Sousa que José Tengarrinha procedeu, igualmente, a uma análise na qual apresenta a “imprensa como instituição social que evoluiu em estreita correlação com o desenvolvimento económico, político, técnico e cultural da sociedade e com as mudanças nas ideias e mentalidades” (Sousa, 2011, pp. 45-46).

Todavia, em relação à metodologia de Tengarrinha, Luís Reis Torgal traça-lhe rasgados elogios. Torgal conheceu-o em março de 1984, durante o I Encontro de Historiadores Portugueses e Soviéticos, no qual participaram investigadores adeptos de “várias metodologias e sensibilidades ideológicas”. Torgal rapidamente apercebeu-se de uma característica que destacou José Tengarrinha dos historiadores soviéticos: estes “liam não por um marxismo crítico, mas por uma espécie de cartilha do materialismo dialético”; mas Tengarrinha

destacava-se como um “homem livre, sobretudo quando analisava a realidade histórica e debatia ideias conosco e com os colegas soviéticos” (Torgal, 2018, n.p.).

## 2. Opções Historiográficas de José Manuel Tengarrinha e as *Histórias da Imprensa* como eixo

Em trabalhos futuros importa analisar detidamente a possível relação teórica entre o marxismo heterodoxo de E. P. Thompson, Christopher Hill e Eric Hobsbawm, autores muito diferentes uns dos outros e sem percursos lineares, homogêneos ou destituídos de tensões internas, profícuas e produtivas<sup>3</sup>.

Estes três estudiosos terão contestado e superado criativamente uma vulgata marxista que não faria justiça ao pensamento complexo e historicamente diversificado de Marx, segundo a qual uma infraestrutura económica serviria de substrato a uma superestrutura cultural. Subsistem algumas possibilidades de interpretação dos caminhos seguidos, a certa altura, pelos três autores citados. Por um lado, pode considerar-se que se limitaram a inverter a já referida vulgata, consignando a cultura como dimensão infra-estrutural, que secundariza e eventualmente subordina as condições materiais de existência. Parece-nos, no entanto, mais ajustada a perspetiva segunda a qual os historiadores em questão equilibraram as duas dimensões destacadas, colocando-as em diálogo vivo.

Importa sobrelevar uma interrogação, que se torna inevitável e fundamental. Como situar José Manuel Tengarrinha neste conspecto, tendo a *História da Imprensa*, nas suas edições de 1965 e 1989 como plataforma central ou eixo nodal do percurso historiográfico do autor, mas sem anular esforços anteriores ou posteriores no âmbito da História Social e da Nova História Política? Convém sublinhar que a *Nova História da Imprensa* de 2013 amplia e aprofunda a erudição e a crítica documental patentes nas outras edições, reforçando igualmente a complexidade hermenêutica.

Nota-se, em 2013, uma maior afirmação da história cultural em interligação com as dimensões ante-referidas. Todavia, seria temerário considerar que estamos perante uma nova História Cultural assente no estudo da linguagem e dos discursos. Tão pouco as representações e questões simbólicas são abordadas com a profundidade que lhes confere Roger Chartier, que enfatiza estas últimas interpenetrando-as com práticas e discursos.

Ainda assim, Tengarrinha não deixa de se preocupar com um âmbito com ligações à vertente representacional, destacando a relevância das questões da receção da imprensa periódica, mormente dos jornais, sublinhando a importância da crescente criação de opinião pública,

<sup>3</sup> A propósito destes autores leia-se, entre outros, Scruton, 2017.

sem esquecer a esfera e o espaço públicos, ainda que se exima a analisá-los teoricamente.

Na Edição de 1965 da *História da Imprensa Periódica* José Manuel Tengarrinha parece aderir à problematização como forma de abordagem acarinhada pela primeira geração dos Annales, com Marc Bloch e Lucien Febvre, historiadores que valorizavam o questionamento do passado a partir do presente do historiador, convocando as circunstâncias económicas, sociais, culturais do percurso dos cultores de *Clio*, respeitando a distância crítica face ao estudo do passado.

Em nosso entender, em 1965 e 1989, a *História da Imprensa* de Tengarrinha não enjeita o contacto com a segunda geração dos Annales, e nomeadamente com Fernand Braudel e as suas três temporalidades: o tempo curto, dos acontecimentos, o tempo médio, das conjunturas e o tempo longo, das estruturas, sem os nomear deste modo. No entanto, é legítima a leitura segundo a qual pode haver algum determinismo económico na teoria e prática braudelianas, em nosso entender ausentes das preocupações de Tengarrinha, que persegue uma história total de modo menos sistemático do que o historiador francês, conferindo maior importância aos acontecimentos do que a que Fernand Braudel lhes dedica.

Em 2013, a periodização da *Nova História da Imprensa* é mais complexa e a história cultural torna-se mais relevante.

No primeiro caso, os primórdios da imprensa constituem a sua primeira fase, o nascimento da imprensa de opinião corresponde à segunda, numa terceira enfrentam-se liberais contra liberais, entre 1834 e 1851, comportando no seu interior momentos diversos, e existe ainda a quarta fase, a da regeneração pacificadora, entre 1851 e 1864, anteriormente apelidada de industrial.

As lutas liberais não estavam patentes nas Histórias de 1965 e 1989, na primeira data eventualmente porque o Estado Novo ainda vigorava e o acesso a fontes era difícil. Na *Nova História* de 2013, a dimensão cultural acentua-se, aliada à história social, afirmando-se aquela possivelmente numa perspetiva tripla: ontológica, antropológica e da cultura como saber, conforme sustenta Ana Paula Menino Avelar:

A história social foi sempre um dos seus espaços de intervenção historiográfica [...] Como Nuno Gonçalo Monteiro sinalizou, no caso português a História social sofreria a explosão do publicismo onde o cunho ensaístico iria imperar. Tal ocorreria essencialmente nas décadas de cinquenta e sessenta do século XX, e nos círculos marginais à universidade. Os temas abordados neste âmbito seriam: Primeiro, o século XIX, depois, a Primeira República e o Movimento Operário. O Estado Novo era ainda um interdito. Neste terreno pontificarão autores como Joel Serrão, José Tengarrinha, Vítor Sá, César de Oliveira e, mais para o final, Miriam Halpern Pereira, Manuel Villaverde Cabral ou o próprio Oliveira Marques, entre outros. Contudo, ao exercitar o seu ofício de historiador, na que considero ser a sua investigação ao longo de décadas em torno da “civilização do jornal” em Portugal, José Manuel Tengarrinha atendeu à referida triplíce dimensão do conceito de cultura: ontológica, antropológica

e saber constitutivo, tomando a História como um iter, onde o conhecimento do passado se constitui como premissa nuclear para se entender o presente e se transformar o futuro. Neste mesmo campo de análise dever-se-á atender ainda às contaminações entre autores, temáticas e modalidades narrativas, o que nos permite descodificar linguagens, públicos e impactos no quotidiano. Valida-se, deste modo, o nosso objecto de estudo num processo que se institui como contínuo. Semelhante conceptualização analítica levou a que a sua obra ultrapassasse as fronteiras da sua primeira designação, corporizando, para o próprio autor, um objecto em constante criação e depuração interpretativas. Recorde-se como nas sucessivas edições, José Manuel Tengarrinha reviu e aumentou o seu objecto de estudo e como se foi alterando a recepção ao mesmo (Avelar, 2019, p. 99).

A *Nova História da Imprensa* alarga um pouco mais, ainda que não decisivamente, o seu espectro a tematizações da Primeira República e dos anos que se lhe seguiram, mas continua a evidenciar um forte predomínio do século XIX, como época de eleição. José Manuel Tengarrinha explica o papel que a Censura teve neste tipo de escolhas, invalidando incursões em cronologias mais próximas e desincentivando pesquisas em torno de Oitocentos, defendendo, outrossim, a concentração na Idade Média e sobretudo Moderna, favorável ao panegírico dos Descobrimentos e a uma visão oficial glorificadora dos seus feitos.

Tengarrinha sentiu na pele os efeitos da Censura duplamente: foi preso várias vezes, como já se disse, na sequência da sua atividade política oposicionista e viu as suas obras analisadas e limitadas por gestos de natureza censória, dado que era visto como um atrevimento estudar o século de afirmação de várias liberdades e do liberalismo.

Em 1999, Tengarrinha profere as seguintes palavras através das quais testemunha as diferenças entre o período pós 25 de abril e o que longamente o antecederam, de tal forma que as ideias que se seguem podem dar conta do ambiente que se vivia em 1965 e das dificuldades com as quais o historiador se debateu aquando da publicação da Primeira Edição da *História da Imprensa Periódica*:

Em primeiro lugar, deveremos ter em atenção que durante cerca de meio século de ditadura, as instituições de ensino e culturais portuguesas estiveram fechadas às mais avançadas correntes de pensamento mundial. O que no respeitante às ciências sociais se traduziu em marginalização relativa às inovadoras metodologias e perspectivas teóricas emanadas dos países Anglo-Saxónicos e da Europa Continental. A existência de uma severíssima censura prévia, as grandes dificuldades de comunicação e de transmissão cultural fora dos mecanismos oficiais, a proibição de importação e venda de livros considerados subversivos e, em geral, o denso clima repressivo que se vivia impossibilitavam que se processasse com alguma amplitude o debate de ideias [...] Sobre este quadro projectava a sua sombra conservadora a Universidade, politicamente controlada, da qual haviam sido expulsos ou impedidos de entrar os que frontalmente se opunham ao regime. [...] Não surpreende, pois, que os historiadores marginalizados da Universidade tenham privilegiado o século

XIX e o Liberalismo (o tempo das liberdades em contraste com a Ditadura que se vivia), também porque assim se tornava mais compreensível a evolução recente da história portuguesa. Foi produzido um conjunto considerável de obras que, apesar de algumas limitações metodológica, foi um elo de ligação indispensável com os estudos que irromperam neste domínio após a Revolução Democrática (Tengarrinha, 1999, pp. 111-113).

José Manuel Tengarrinha rejeitava uma História da Imprensa que se limitasse a contextualizações, fossem elas político-económicas, sociais e culturais, mas também se eximia a reduzir a sua pesquisa os aspectos internos do próprio Jornalismo.

Por outro lado, para este historiador, a História Contemporânea, que constituiu a baliza cronológica na qual se moveram as suas investigações, estende-se para além da actualidade e de perspectivas atualistas que reivindicuem a sua supremacia.

No preâmbulo ao seu relatório para Agregação intitulado *História Geral Contemporânea* Tengarrinha analisa com perspicácia o momento em que vive, propenso à irrupção das novas tecnologias de informação e comunicação, identificando as consequências que daí advêm de aceleração do tempo histórico, chamando a atenção para os desafios e as responsabilidades que se colocam nesta matéria à *História Geral Contemporânea*, se esta não quiser enclausurar-se numa tentativa ou propensão exclusiva para a imediata e instantânea agenda hodierna, imersa na superfície da *espuma dos dias*

Nunca como hoje, em toda a história da Humanidade, a trepidação histórica do curto prazo atingiu uma tal intensidade. O tumultuar de acontecimentos de natureza muito diversa, e quantas vezes aparentemente desconexos, sucedem-se a um ritmo que poderemos considerar, com frequência, quase alucinante. E, sem dúvida, perturbador. [...] Tal tem levado, com frequência, à tendência para se reduzir a História Geral Contemporânea a uma perspectiva meramente “actualista” ou a instrumento “explicativo” do presente. Nestas circunstâncias, julgo indispensável sublinhar que um dos principais objectivos da disciplina de História Geral Contemporânea deve ser estabelecer um nexo entre o presente e o passado que permita compreender como se formou o mundo de hoje a partir das transformações que se foram desenvolvendo desde a Época Moderna, com particular aceleração após os princípios do século XVIII e das principais linhas de evolução até aos nossos tempos. Tenha-se em atenção, porém, que o ensino da História Contemporânea- num mundo alimentado pela visão utilitarista e não raro finalizadora, pela premência da eficácia imediata- não se confina a tentar projectar o passado sobre o presente ou estabelecer entre eles uma relação simples. Ao contrário, devem salvaguardar-se as distâncias, relativizar as incidências e, a partir de instrumentos de análise actuais, saber detectar os mecanismos da mudança.

Por outro lado, não se deverá limitar a compreensão do mundo actual ao passado próximos, aos factos mais recentes. [...] A História é essencialmente “cinemática” e não “fotográfica” e, para descortinar o movimento, são necessários termos de compreensão mais longínquos (Tengarrinha, 1996, p. 4).

Nas edições da *História da Imprensa Periódica* e da *Nova História da Imprensa Periódica*, José Manuel Tengarrinha esboça, sem a desenvolver, uma historiografia comparativa, talvez mais nítida ainda que insuficiente no trabalho de 2013. No entanto, parece ter ideias claras sobre a importância e a natureza da comparação no seu relatório de agregação:

Eis-nos no campo privilegiado da história comparada que, nos últimos anos, tem assumido importância crescente nos estudos historiográficos, permitindo, através dos contrastes, fazer ressaltar com maior nitidez os contornos próprios de cada formação.

A comparação é de grande utilidade pelo que permite fazer ressaltar as diferenças, verificar os avanços e atrasos relativos, tornar mais visíveis os motivos dos diferentes ritmos e dinâmicas sociais. Mas será preciso tomar atenção pelo menos a três questões importantes: por um lado, deverá ter-se em conta que só são comparáveis fenómenos da mesma natureza; por outro, a análise não se pode limitar a aspectos exteriores [...]; e, por fim, será preciso atender aos eventuais diferentes níveis de conhecimento dos objectos comparados (Tengarrinha, 1996, p. 7).

### 3. Breves conclusões

A terminar, importa relevar algumas conclusões: o percurso biográfico oposicionista de Tengarrinha, alvo de Censura e cerceamento de liberdade, repercutiu-se na escolha dos seus objectos de estudo, sempre em busca da liberdade, da qual a Imprensa Periódica pode ser veículo propulsor, por isso tantas vezes ameaçado.

O século XIX como objecto de estudo era uma via arriscada de contornar e contextualizar estudos impedidos sobre épocas mais recentes.

Compreende-se, assim, o peso da Censura como mecanismo na *História da Imprensa Periódica*, que parece funcionar com eixo axial ou plataforma giratória dos trabalhos de Tengarrinha, que cruzam a História Social e Política, sem se fecharem, progressivamente, à História Cultural.

Na sua História Social, José Manuel Tengarrinha valoriza mais os colectivos, mas coloca-os em diálogo com os indivíduos. Envereda por um marxismo crítico.

Metodologicamente, conjuga a história metódica francesa e a sua crítica interna e externa, com a problematização cara aos *Annales*, alimentando alguma proximidade cautelosa face a Braudel e à História das mentalidades, sem adentrar profundamente na matriz da nova história cultural defendida por Roger Chartier.

A História Social que Tengarrinha pratica não é essencialmente *cliométrica*, nem se aventura por veredas linguísticas do agrado de Gareth Stedman Jones ou William Sewell Jr.

## Referências bibliográficas

- Aron, R. (2016). *O Ópio dos Intelectuais*. Três Estrelas.
- Avelar, A. P. M. (2019). José Manuel Tengarrinha e a civilização do jornal em Portugal: A *Nova História da Imprensa Portuguesa Das Origens a 1865*. *Cátedra Cascais Interartes*, 1, (pp. 93-107). [https://cultura.cascais.pt/sites/default/files/anexos/gerais/new/revista\\_cci\\_numero1.pdf](https://cultura.cascais.pt/sites/default/files/anexos/gerais/new/revista_cci_numero1.pdf).
- Costa, M. J. A. (1992). *História do Direito Português* (4nd ed.). Almedina.
- Dostoiévski, F. (1963). *O Idiota*. Tradução portuguesa de Maria Armanda Falcão e José Tengarrinha. Portugalia.
- Ehrenburg, I. G. (1965). *A vila de Moscovo*. Tradução portuguesa de Maria Armanda Falcão e José Tengarrinha. Portugalia.
- Faria, A. (s.d.). *Entrevista com Almeida Faria* [por Marcello Sacco]. <http://alfarrabio.di.uminho.pt/vercial/letras/entrevistafaria.pdf>.
- Ianovski, I. I. (1966). *Os cavaleiros*. Tradução portuguesa de Maria Armanda Falcão e José Tengarrinha. Portugalia.
- Lino, F. (2017). António Victorino d'Almeida: Eu dizia que se a Inês ganhasse as eleições era a *Incrível Almadense*. *Jornal de Negócios*. <https://www.jornaldenegocios.pt/weekend/detalhe/antonio-victorino-dalmeida-eu-dizia-que-se-a-ines-ganhasse-as-eleicoes-era-a-incrive-l-almadense>.
- Lopes, A. S. (2018). José Manuel Tengarrinha, o histórico combatente da ditadura. *Sol*, de 7 de Julho de 2018. <https://sol.sapo.pt/artigo/618267/jose-manuel-tengarrinha-o-historico-combatente-da-ditadura>.
- Machado, F. D. G. F. (2014). *Reflexo do “Verão Quente” de 1975 nos processos de transição democrática de Portugal e Espanha* [Dissertação de Mestrado, Universidade Católica Portuguesa].
- Marques, V. S. (2018). José Manuel Tengarrinha (1932-2018): O homem que amava a verdade e não sabia odiar. *Diário de Notícias*, de 30 de Junho de 2018. <https://www.dn.pt/opiniao/opiniao-dn/viriato-soromenho-marques/jose-manuel-tengarrinha-1932-2018-o-homem-que-amava-a-verdade-e-nao-sabia-odiar-9532400.html>.
- Mateus, J. & Ramalho, T. (2013). O Sistema de Partidos em Portugal. *CIES e-Working Papers*, 151, 1-20.
- Mises, L. (2010) [1.ª ed. 1949]. *Ação humana. Um tratado de economia* (3nd ed). Instituto Ludwig von Mises Brasil.
- Monteiro, I. & Maia, F. P. (2013). Um título para leitores de dois continentes. A imprensa periódica portuguesa na segunda metade do século XIX. In F. Sousa (Org.). *Dos colonos a imigrantes: i(e)migração portuguesa para o Brasil* (205-219). Alameda Casa Editorial.
- Neves, J. (s.d.). Marxismo. *Dicionário de historiadores portugueses. Da Academia Real das Ciências ao Estado Novo*. [http://dichp.bnportugal.pt/tematicas/tematicas\\_marxismo.htm](http://dichp.bnportugal.pt/tematicas/tematicas_marxismo.htm).
- Pato, H. (2017). Francisco Pereira de Moura. *Jornal Tornado*, de 22 de Outubro de 2017. [https://www.jornaltornado.pt/francisco-pereira-moura/#\\_ftn2](https://www.jornaltornado.pt/francisco-pereira-moura/#_ftn2).
- Popper, K. (1974) [1.ª ed. 1957]. *A Sociedade Aberta e os seus inimigos*. Editora da Universidade de São Paulo/Editora Itatiaia Limitada.
- Ribeiro, N. (2018). José Manuel Tengarrinha (1932-2018), uma vida à procura da geringonça. *Público*, de 1 de Julho de 2018. <https://www.publico.pt/2018/07/01/politica/perfil/tengarrinha-uma-vida-a-procura-da-geringonca-1836453>.
- Scruton, R. (2017). *Tolos, Impostores e Incendiários. Pensadores da Nova Esquerda*. Quetzal.
- Sousa, J. P. (2011). *As histórias da imprensa de Nelson Werneck Sodré e de José Manuel Tengarrinha: uma comparação*. Biblioteca Online de Ciências da Comunicação. <http://bocc.ubi.pt/pag/sousa-jorge-as-historias-da-imprensa-de-nelson-werneck-sodre.pdf>.
- Sousa, M. R. (2018). Presidente da República envia condolência à família de José Manuel Tengarrinha. *Presidência da República Portuguesa*. <http://www.presidencia.pt/?idc=9&idi=150371>.
- Tengarrinha, J. M. (1961a). Tradição e Revolução I — As Reformas Económicas de Mouzinho da Silveira. *Seara Nova*, 1389-90, 140-142.
- Tengarrinha, J. M. (1961b) — “Tradição e Revolução II — A Reforma Administrativa de Mouzinho da Silveira”, *Seara Nova*, 1391-92, 201-204.
- Tengarrinha, J. M. (1965a). Perspectivas do século XIX. *Seara Nova*, 1431, 24-25.
- Tengarrinha, J. M. (1965b). Livros. *Seara Nova*, 1433, 94-95.
- Tengarrinha, J. M. (1965c) [2.ª Ed. 1989]. *História da imprensa periódica portuguesa*. Portugalia.
- Tengarrinha, J. M. (1966a). Reflexões em torno da implantação da República em Portugal. *Seara Nova*, 1447, 132-133.
- Tengarrinha, J. M. (1966b). Livros. *Seara Nova*, 1448, 183-184.
- Tengarrinha, J. M. (1970a). Sobre a questão a Academia dos Amadores de Música; Uma carta a Fernando Lopes Graça; O Romantismo português em debate. *Seara Nova*, 1497, 236-237.
- Tengarrinha, J. M. (1970b). Alemanha Federal-1970. *Seara Nova*, 502, 405-410.
- Tengarrinha, J. M. (1972). Método e Técnica. Quantidade e Qualidade. *Seara Nova*, 1526, 25-29.
- Tengarrinha, J. M. (1973). *A novela e o leitor português*. Editora Prelo.
- Tengarrinha, J. M. (1981). *Movimentos camponeses em Portugal na transição do Antigo Regime para a sociedade liberal*. Centro de Estudos de História Contemporânea Portuguesa.
- Tengarrinha, J. M. (1996). *História Geral Contemporânea: séculos XVIII-XX* [Relatório para as provas de Agregação em História na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa] de acordo com o art.º 9, n.º 1, al. a) do Decreto-Lei n.º 301/72, de 14 de Agosto.
- Tengarrinha, J. M. (1999). A Historiografia portuguesa pós 1974. In José Jobson & José Manuel Tengarrinha (Coord.). *Historiografia Luso-Brasileira Contemporânea*. Edusc.
- Tengarrinha, J. M. (2002). Victor de Sá e a historiografia portuguesa contemporânea. *Fórum. Universidade do Minho*, 32, 27-38.
- Tengarrinha, J. M. (2005). Entrevista com José Tengarrinha. *Caminhos da Memória*. <https://caminhosdamemoria.wordpress.com/2009/10/26/entrevista-com-jose-tengarrinha/>

Tengarrinha, J. M. Manuel (2012). Não tenho apetite para a política mas sim para os livros. *Jornal Público*, de 14 de Abril. <https://www.publico.pt/2012/04/14/jornal/nao-tenho-apetite-para-a-politica-mas-sim-para-os-livros-24368613>.

Tengarrinha, J. M. (2013). *Nova História da Imprensa Portuguesa*. Temas & Debates/Círculo de Leitores.

Tengarrinha, J. M. (2016). O Estado Novo em Portugal, o controle da imprensa e a Guerra Colonial. (Entrevista concedida a Tânia Alves). *Revista Brasileira da História da Mídia*, 5, 185-194. <http://www.unicentro.br/rbhm/ed09/entrevista/01.pdf>.

Torgal, L. R. (2018). Homenagem a José Manuel Tengarrinha. *Público*, de 5 de Julho de 2018. <https://www.publico.pt/2018/07/05/politica/opiniao/homenagem-a-jose-manuel-tengarrinha-1836802>.

### Fontes Impressas

*Diários da Assembleia Constituinte* (ano de 1975). [=DAC]

*Diários da Assembleia da República* (ano de 1984). [=DAR]

*Diários do Governo* (anos de 1890, 1917 e 1932). [=DG]

### Jornais

*Expresso*, de 29 de Junho de 2018. <https://expresso.pt/politica/2018-06-29-Morreu-Jose-Manuel-Tengarrinha-fundador-do-MDP-CDE>.

- Trata-se da re-publicação/transcrição da entrevista concedida por José Manuel Tengarrinha à *Seara Nova*, no decorrer de 2005.